Contribuições para a gestão ambiental e turística em Unidades de Conservação por meio da parceria entre o poder público e as instituições do terceiro setor: o caso da APA dos Recifes de Corais-RN

Resumo
A gestão ambiental e turística em Unidades de Conservação desenvolvida por meio da parceria institucionalmente estabelecida entre o poder público e as entidades do terceiro setor como as ONGs e OSCIPs, é prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com a finalidade de assegurar uma administração ágil e eficiente, tendo em vista as limitações das entidades governamentais de assumir todas as atividades técnicas que essa função requer. O objetivo desse artigo é apresentar o resultado de uma investigação sobre o trabalho desenvolvido pelas instituições do terceiro setor no Rio Grande do Norte, no sentido de conhecer e analisar as contribuições apresentadas para a gestão nesses espaços territoriais consagrados como destinos turísticos. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica de cunho qualitativo sobre os dados empíricos coletados pela observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos com as ações implementadas na Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC), por meio de contrato de cooperação técnica firmado entre Instituto de Desenvolvimento de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) e a Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar (FUNDEP). Uma parceria que têm possibilitado contribuir para a gestão ambiental e turística da APARC, a partir da execução do monitoramento ambiental, socioeconômico e turístico da área, que tem se destacado como um destino turístico relevante para a economia do estado norte-rio-grandense, por meio da oferta de produtos e serviços destinados aos turistas que buscam praticar atividades de lazer e recreação, através do passeio aos parrachos dos recifes de corais de Maracajaú, Perobas e Rio do Fogo, que são as localidades que integram a referida APA. A coleta de dados apresentou como principais constatações: crescente taxa de visitação turística da APA dos Recifes de Corais, o que lhe confere a posição de um destino turístico consolidado com tendências de expansão; acompanhamento do comportamento ambiental do turista ao consumir os recursos naturais e culturais da área; avaliação dos indicadores de qualidade dos serviços que são oferecidos pelos operadores durante transporte do turista à plataforma coralina em alto mar; e, por fim, a identificação dos impactos socioambientais promovidos pela atividade, tanto na plataforma coralina quanto nas localidades que formam o entorno imediato da APA, como recursos técnicos relevantes para o planejamento e a gestão ambiental e turística dentro dos princípios da sustentabilidade.

Palavras-chave: Turismo; meio ambiente; unidades de conservação; gestão ambiental e turística; sustentabilidade.

1 Introdução

As Unidades de Conservação (UCs) têm originalmente em sua concepção a inspiração das ideias ambientalistas e das construções de novas territorialidades. A crise ambiental que se aprofundou a partir da segunda metade do século XX, com a degradação dos recursos naturais em grande escala, contribuiu para que se reascendesse, no mundo e no Brasil, o discurso da proteção de parcelas do território destinado a conservação e preservação, de acordo com os modelos adotados nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa no século XIX, com a criação dos primeiros parques nacionais.

No Brasil, a política nacional de áreas naturais protegidas, materializada através da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) em 18 de

julho de 2000 por ordem da Lei 9.985, formatou e regulamentou a criação das UCs de proteção integral (uso indireto) e as unidades de uso sustentável (uso direto) expressando às ideias naturalistas norte-americanas do final do século XIX. Também expôs a influência do discurso de entidades internacionais de defesa do meio ambiente como a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e as propostas de conservação debatidas e formuladas em eventos mundiais como as conferências de meio ambiente realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Uma mostra disso é o documento Estratégia Mundial para a Conservação elaborado pela UICN, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e o Fundo Mundial para Vida Selvagem e Natureza (*World Wilde Fund for Nature* – WWF), com o aval da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a UNESCO, em 1980, e publicado no Brasil em 1984. Esse documento teve como finalidade apresentar as estratégias para o desenvolvimento sustentado aos representantes das políticas de governos, aos conservacionistas (grupo envolvido com a defesa dos recursos vivos – vegetais, animais e micro-organismos) e aos "responsáveis pelo desenvolvimento, incluindo os órgãos de assistência, a indústria, o comércio e os sindicatos". A criação de áreas protegidas é colocada na agenda do dia como uma prioridade ao defender:

> ... o estabelecimento de uma rede completa de áreas protegidas, assegurando os habitats vitais das espécies ameaçadas, únicas ou outras importantes, os ecossistemas únicos e as amostras representativas dos diferentes ecossistemas (UICN, 1984, p. 65).

Atrelada a ideia do estabelecimento de uma rede de áreas protegidas estão as proposições formuladas à efetivação da noção de desenvolvimento sustentável, como um caminho a ser perseguido em benefício da conservação ambiental. Nesses termos, pode-se afirmar que no seio dessas discussões inerentes a compatibilização do desenvolvimento com as necessidades de conservação da natureza, o turismo surge e se destaca como uma promessa de fortalecer o binômio desenvolvimento/conservação. Um exemplo disso são as diretrizes constantes da Agenda 21 global que, sob os auspícios do discurso da sustentabilidade ecológica, orienta os governos dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos a adotarem programas de desenvolvimento, através da implantação e mobilização de atividades econômicas que não absorvam muita tecnologia, como as atividades industrializadas, entre elas o turismo que, a partir do debate em torno da questão ambiental, tem recebido novas designações como turismo sustentável, vinculadas as expressões turismo ecológico, ecoturismo, agroturismo, turismo rural e, ainda, turismo alternativo (FERNANDES, 2011).

Nesse contexto, pode-se perceber que o turismo é apontado como a atividade socioeconômica que poderá contribuir para a proteção desses territórios denominados de unidades de conservação e, ao mesmo tempo, possibilitar o desenvolvimento local sustentável, por meio de uma exploração controlada dos seus recursos naturais e culturais através da visitação turística. Essa contribuição resulta dos gastos dos turistas nas localidades de acesso às áreas protegidas com atividades de conservação e recreação.

Em um relatório elaborado e publicado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) em 2017, órgão responsável pelo manejo das UCs brasileiras federais, intitulado *Contribuições do Turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira*, é destacado que no ano de 2015 as UCs federais receberam mais de 8 milhões de

turistas, os quais gastaram R$ 1,1 bilhão nos municípios de acesso às unidades territoriais protegidas. Esse valor teve a seguinte representação para a economia nacional: 43 mil empregos; R$ 1 bilhão em renda; R$ 1,5 bilhão e meio em valor agregado; e, R$ 4,1 milhões em vendas. O impacto maior das vendas foi no setor de hospedagem e no setor de alimentação.

O referido relatório também chama a atenção para o fato de que os números informados acima comprovam que as áreas protegidas são vistas como motores de desenvolvimento econômico, uma vez que as despesas investidas com conservação e recreação nas UCs resultam em geração de empregos, rendas e aumento do PIB no Brasil, graças, ainda, ao trabalho de gestão ambiental promovido pelo órgão por meio de parcerias firmadas com outras instituições do setor público, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada – ONGs e OSCIPs, voluntários e população, de modo geral, que se engajam em um projeto de defesa e proteção dos recursos naturais.

As parcerias firmadas entre os órgãos ambientais e as instituições do terceiro setor, como as Organizações não Governamentais (ONGs) e/ou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCPs), são previstas no Sistema Nacional de Conservação da Natureza – SNUC, em seu artigo 30: "as unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão" (BRASIL, 2000, p. 9).

No Nordeste e, especialmente, no Rio Grande do Norte, as parcerias firmadas entre o órgão gestor das unidades de conservação estaduais com as organizações da sociedade civil ou terceiro setor, que tenham uma atuação relacionadas a gestão ambiental e turística, é uma realidade. Um exemplo disso são os convênios e contratos de cooperação técnica firmados entre o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) e a Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar (FUNDEP), em que se destaca entre os trabalhos desenvolvidos por essa fundação, as intervenções realizadas na Área de Proteção Ambiental dos Recife de Corais (APARC), por meio do monitoramento ambiental e turístico da unidade, desde o ano de 2015, como uma ação necessária ao planejamento e gestão da mencionada APA.

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo apresentar uma análise das contribuições relacionadas ao planejamento e a gestão ambiental e turística, desenvolvidas pela FUNDEP por meio do monitoramento na APA dos Recifes de Corais. Uma estratégia adotada por força de medidas contratuais firmadas com o órgão gestor, cujos resultados motivou o desenvolvimento desse projeto de pesquisa, a partir do tratamento de uma literatura bibliográfica e documental e do desvelamento de realidade empírica, através da observação participante (*in loco*), aplicação de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos responsáveis pela gestão da APARC e da presença investigativa nas reuniões do Conselho Gestor da unidade.

2 O desafio da gestão em Áreas de Proteção Ambiental

A criação de territórios demarcados legalmente pelo poder público em áreas que apresentam vulnerabilidade ecológica, como as áreas naturais protegidas, e, em especial as UCs, tem se revertido em estratégias de gestão, voltadas para a preservação e promoção do

desenvolvimento sustentável, a partir do uso racional dos seus recursos naturais, pelo turismo ecológico ou ecoturismo. No que se refere às UCs, é crescente a sua visitação por turistas que estão à procura de um contato com a natureza, por meio da prática de lazer ou da simples contemplação dos seus recursos ecológicos, particularmente nas APAs, por serem uma unidade de uso sustentável.

As APAs formam uma categoria de UC que consistem em espaços de uso direto dos recursos naturais, cujo domínio pode ser público ou privado. Por se constituir em uma extensa área, é prevista a ocupação por uma comunidade local, desde que obedeçam às normas restritivas impostas pelo poder público como uma forma de garantir a conservação de seus atributos ambientais. O art. 15 da Lei 9.985/2000 define essa unidade como:

> [...] uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000, p. 12).

Para tanto, sua criação implica na identificação de atributos ambientais com grande representatividade ecológica ou que apresentam graus de fragilidade. Uma das características que vale a pena destacar é o fato de que podem ser estabelecidas medidas de restrições quanto ao uso de uma propriedade privada localizada em sua área. Assim, indústrias ou empreendimentos que possam provocar danos ambientais não podem ser instalados nessas unidades, o que provoca a existência de conflitos entre os interesses econômicos e os preservacionistas.

Como em outras áreas protegidas, é incentivado o uso turístico da APA, tanto por parte do governo, através das políticas públicas, quanto pelos empresários do setor que se apropriam de sua paisagem natural e estética, tornando-a um produto a ser comercializado, o que acaba por provocar uma descaracterização cultural das comunidades tradicionais, que muitas vezes são despojadas da prática de suas atividades econômicas tradicionais, para dar lugar à implantação de empreendimentos turísticos de forte impacto para os recursos naturais. Nesse sentido Dias (2003, p. 101) comenta que:

> Nas áreas naturais, uma importante medida é a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que se podem inserir numa estratégia municipal ou regional de desenvolvimento turístico. Ocorre que as Áreas de Proteção, à medida que se abrem para o turismo, ficarão expostas a um maior número de pessoas, trazendo consequências imediatas para os recursos naturais – fauna, flora, água etc.

Essa preocupação do autor com o número de visitantes nas APAs tem sua razão de ser em virtude dos impactos que um volume excessivo de pessoas sobre os ecossistemas naturais poderá provocar. Mas, para que isso não ocorra e seja controlado de forma eficaz pelos gestores dessas unidades, é previsto como ferramenta de planejamento e gestão para o uso desses territórios, o estudo de capacidade de carga, juntamente com a elaboração do plano de manejo e o zoneamento ecológico e econômico. Intervenções essas que devem ser formuladas e executadas de forma participativa, por meio da mediação com o Conselho Gestor da APA, que se configura como uma instância de governança com funções relevantes para promoção de sua sustentabilidade em todas as esferas: econômica, cultural, socioespacial e ambiental.

A falta de estudos de capacidade de carga e a inexistência de instrumentos de gestão é uma realidade na maioria das áreas naturais protegidas, no Brasil, bem como de um monitoramento sistemático, o que faz aumentar os problemas ambientais, como defende Dias (2003, p. 45), ao afirmar sobre os ricos que a visitação turística poderá proporcionar ao ambiente natural, na ausência de um planejamento e gestão eficientes. Para ele

> [...] não faz nenhum sentido a criação de qualquer área protegida sem o monitoramento permanente por profissionais relacionados com o recurso natural a ser protegido. Além do mais há uma forte tendência de que o entorno da Área Protegida seja ocupado rapidamente por um ambiente urbano, pois se tornam regiões valorizadas exatamente pela proximidade com o "verde".

O monitoramento ambiental, socioeconômico e turístico, nesse sentido, constitui um instrumento poderoso, que poderá indicar possíveis alterações socioambientais na unidade a partir da realização de estudos técnico-científicos e acompanhamento sistemáticos do volume de visitantes e seu comportamento durante a visitação aos ecossistemas de grande vulnerabilidade ecológica. Uma intervenção necessária para indicar as ações que deverão ser planejadas e desenvolvidas no sentido de promover as condições ideais para se atingir a sustentabilidade da área protegida. A falta de estudos com uma boa fundamentação técnica para determinar a capacidade de suporte desses ambientes, acabam por estimular um turismo de massa em contraposição ao turismo sustentável, como é previsto pela legislação ambiental e turística. Somando-se a isso a proliferação de equipamentos turísticos em seu entorno concorre também para aumentar a pressão humana e acarretar impactos nocivos aos recursos e atrativos naturais das APAs.

Não obstante os problemas apontados, estudiosos do turismo, entre eles Coriolano (2007), Silva (2004), Dias (2003) e Ruschmann (1997), acreditam na contribuição dessa atividade para a conservação do meio ambiente desde que seja desenvolvida de forma sustentável.

> A indústria turística pode contribuir para a conservação por meio de contribuições financeiras, melhorando o planejamento e o gerenciamento ambiental, elevando a consciência ambiental, protegendo e conservando os ambientes naturais, tornando-se uma alternativa de emprego e estabelecendo limites à visitação em áreas que apresentam ecossistemas frágeis (DIAS, 2003, p. 97).

Apesar das advertências, esse autor acredita na capacidade que tem o turismo de contribuir para a conservação por meio de contribuições financeiras, melhorando o gerenciamento ecológico, elevando a consciência ambiental, protegendo e conservando os ambientes naturais, tornando-se uma alternativa de emprego e estabelecendo limites à visitação em áreas que apresentam ecossistemas frágeis.

O uso do meio ambiente pelo turismo é permeado, portanto, de relações complexas e contraditórias, uma vez que poderá se constituir em uma parceria ideal para a promoção do desenvolvimento econômico de maneira sustentável, e, ao mesmo tempo, provocar impactos nocivos ao patrimônio ecológico e sociocultural.

Em artigo intitulado *Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas* Coriolano (2007) apresenta uma discussão de como a relação que é estabelecida entre a atividade turística e a natureza ocorre de forma contraditória. Por um lado, o turismo enseja a necessidade de

proteger os objetos naturais para que possam ser transformados em recursos naturais por meio do uso com fins para contemplação e lazer e, por outro lado, esse mesmo turismo poderá contribuir para o processo de degradação ambiental. Nesses termos diz a autora:

> Turismo e meio ambiente são realidades inseparáveis. Pode-se dizer que o turismo é uma abstração, que se torna concreta quando os viajantes entram em contato com os lugares, as paisagens e territórios turísticos. É frequente a crítica sobre o turismo como causa de degradação do meio ambiente. Contudo, é possível elaborar outra crítica que responsabilize os produtores e consumidores desta atividade pela proteção e conservação dos ambientes, afinal, o turismo se apoia na conservação dos recursos naturais (CORIOLANO, 2007, p. 19).

É baseado na noção de que o turismo se apoia na conservação dos recursos naturais que a autora lança a ideia de que é possível mesmo em uma sociedade capitalista de exclusão socioespacial e crise ambiental, o turismo se tornar uma alternativa para a transformação socioambiental com vistas à promoção da sustentabilidade. Em síntese, um turismo sustentável, isto é, voltado para a inclusão a partir da capacidade de mudanças estruturais realizadas por governos, empresários e o *trade*, o que implica na construção "de uma sociedade sustentável que se baseia na compatibilidade ecológica e na compatibilidade sócio-cultural e econômica" (Coriolano, 2007, p. 38).

Nessa perspectiva, em se tratando do turismo em unidades de conservação na ótica da sustentabilidade, pode-se constatar que no discurso dos estudiosos dessa temática, a paisagem natural passa a ser mais valorizada e protegida quando consumida pelos turistas, servindo de celeiro para as práticas de lazer e para as atividades de interpretação e contemplação ambiental. Isso se traduz em benefício evidente, especialmente quando é previsto, no planejamento urbano, a manutenção de uma quantidade de espaços naturais.

Esses processos naturais, articulados ao planejamento ambiental e urbano, definem a formação da paisagem que na linguagem do turismo contempla os recursos naturais, as manifestações culturais das comunidades tradicionais que habitam o interior das APAs, a sua historicidade e traços estéticos, que passam a ser ressignificados intencionalmente como cenários para o turismo. Assim, a paisagem natural associada a criação e recriação de imagens idealizadas pelo homem é um componente essencial para o desenvolvimento do turismo (Silva, 2004).

Assim, pensar as áreas de proteção ambiental enquanto espaços-cenários e paisagens que favorecem a interação e a contemplação, exige a criação de uma oferta de produtos e serviços que propiciem a interpretação/fruição por meio de práticas de recreação, lazer e descanso para os turistas. Nesse sentido, a construção de um conhecimento sobre o uso desses cenários poderá sinalizar para um planejamento e viabilização de medidas de utilização sustentável dos espaços públicos nas unidades de conservação. A realização da pesquisa científica, se configura, assim, como um forte instrumento para o planejamento e o monitoramento das atividades ambientais, socioeconômicas e turísticas desenvolvidas nos territórios protegidos, uma vez que poderá servir de suporte para orientar ações relacionadas à gestão desses espaços naturais.

Vale destacar que a pesquisa científica é uma das atividades previstas no SNUC e outras disposições da legislação ambiental como ações inerentes ao planejamento e a gestão de áreas

naturais protegidas. Atividades que poderão ser desenvolvidas por meio de parcerias firmadas entre as organizações governamentais responsáveis pela gestão da unidade e as instituições do terceiro setor como as ONGs e OSCIPs, a exemplo do que ocorre com a APA de Recife dos Corais, localizada no estado do Rio Grande do Norte, por força de um contrato de cooperação técnica firmado entre o IDEMA – órgão responsável pela administração da referida APA – , e a FUNDEP – entidade da sociedade civil –, em que é prevista a execução do monitoramento ambiental, socioeconômico e turístico da sua área de uso público.

Nesse sentido, as atividades inerentes ao monitoramento ambiental, socioeconômico e turístico desenvolvidas na APA dos Recife de Corais, constituiu o ponto de partida para se analisar as ações de gestão ambiental e turística implementadas nessa unidade, visando perceber em que medida o planejamento e a gestão dessa unidade poderá levar a sustentabilidade do destino turístico, como condição necessária ao desenvolvimento das comunidades de Maracajaú e Perobas, localizadas nos municípios de Maxaranguape e Touros, respectivamente, e para a localidade de Rio do Fogo, conforme detalhado nos resultados empíricos apresentados ao longo do texto, obtidos a partir de um percurso metodológico explicitado a seguir.

3 Procedimentos metodológicos e operacionais

A metodologia utilizada com a finalidade de alcançar os objetivos formulados no presente estudo, se revestiu de um caráter multivariável, tendo em vista a complexidade do objeto de estudo e as estratégias usadas no tratamento e análise dos instrumentos de pesquisa, como as fichas técnicas de observação participante e as entrevistas informais e semiestruturadas com os sujeitos envolvidos com o monitoramento e a gestão da APA dos Recifes de Corais.

Considerando que a pesquisa teve o intuito de apresentar uma análise das ações do monitoramento ambiental, socioeconômico e turístico desenvolvido pela FUNDEP na APA dos Recifes de Corais, em atendimento ao contrato de cooperação técnica firmado com o IDEMA, optou-se pela utilização de procedimentos metodológicos como o levantamento bibliográfico e documental, já mencionado, acompanhado de uma investigação de campo empírica de caráter descritiva e exploratória que permitisse uma abordagem qualitativa dos seus resultados. Na visão de Dencker (1998), os estudos descritivos e exploratórios são utilizados para pesquisas voltadas para objetivos bem definidos que visam aprimorar ideias ou cooperar para a tomada de decisões. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares.

A pesquisa descritiva associada a uma abordagem qualitativa é um recurso metodológico eficiente para dar conta da realidade social investigada (Gil (2002), cuja operacionalização pôde ser concretizada com o uso de técnicas investigativas utilizadas em tipos de pesquisa ação, como a observação participante, onde o pesquisador se insere no contexto factual que se configura como o seu objeto de estudo.

A observação participante associada à realização de entrevistas semiestruturadas são técnicas que permitem identificar o conhecimento e a percepção dos atores sociais e/ou sujeitos objeto da pesquisa em questão com relação a sua problemática, bem como suas necessidades de intervenção do ponto de vista da participação e gestão socioambiental da APA. Trata-se dos

técnicos da FUNDEP envolvidos com o monitoramento ambiental, socioeconômico e turístico da unidade, bem como daqueles envolvidos com a gestão propriamente dita no âmbito do fórum de discussões sobre as tomadas de decisões propositivas, que são os representantes do Conselho Gestor da unidade.

Dessa forma, a pesquisa empírica foi realizada atendendo ao cronograma executivo das ações de intervenção da FUNDEP, em que se destacou, a título de coleta de dados, os resultados obtidos de uma pesquisa realizada ao longo do período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2019, como atividade de suporte ao monitoramento. Tal investigação objetivou analisar os parâmetros socioeconômicos, ambientais e turísticos, a partir da identificação e compreensão da percepção dos turistas que visitaram a APARC no período citado, a fim de conhecer o seu nível de consciência comportamental com relação aos atributos ecológicos e culturais da unidade, bem como da avaliação sobre a qualidade dos produtos e serviços turísticos que são oferecidos pelos operadores do turismo durante a execução do passeio aos parrachos dos recife de corais para a prática de lazer e recreação, através do mergulho na plataforma coralina.

4 A APA dos Recifes de Corais-RN: um modelo de gestão compartilhada

O litoral do Rio Grande do Norte exibe um rico e extenso ecossistema recifal ao longo da região costeira dos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros, com três principais bancos coralíneos, conhecidos localmente por "parrachos" (IDEMA, 2012). Tal região, face às suas belezas naturais e diversidade biológica, encontrou amparo legal através do SNUC, e transformou-se na “Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais” (APARC), instituída através do Decreto n° 15.746/2001, com o objetivo de proteger a região marinha e sua diversidade, contando com uma área de 136 mil hectares (FUNDEP, 2017).

A região apresentada na Figura 1 destaca a APARC, bem como indica as plataformas rasas de Maracajaú e Rio do Fogo, que são basicamente compostas por corpos de arenitos que abrigam os corais, e consequentemente uma série de outros organismos como esponjas, moluscos e peixes, formando os recifes, que concentram uma grande quantidade e variedade de vida marinha (Adaptado de AMARAL, *et al*., 2005 *apud* IDEMA, 2012).

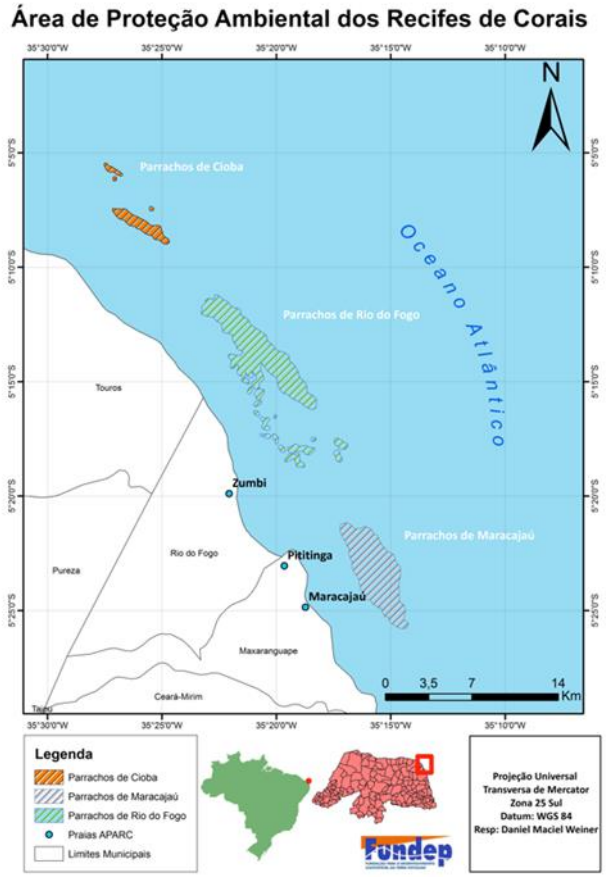

Figura 1 – Mapa de localização da APARC
Fonte: FUNDEP, 2017.

Por ser a única unidade de conservação que possui em sua área marinha ecossistemas recifais, a APARC apresenta uma singularidade diante das demais unidades de conservação existentes no Rio Grande do Norte. Esse patrimônio ambiental constitui atualmente um produto turístico que atrai um fluxo considerável de visitantes e/ou turistas, para fazer o passeio de barco aos parrachos e praticar o mergulho raso na formação coralina, onde poderá ter o contato visual com corais, peixes, águas vivas, ouriços entre outras espécies.

O uso turístico de uma área com atributos ambientais de grande vulnerabilidade ecológica, exige, de um lado, o manejo adequado e sistemático, visando a conservação e preservação de seus recursos bióticos e abióticos. Por outro lado, o desenvolvimento de um turismo sustentável, poderá contribuir significativamente para a conservação e ampliação do tempo de vida desses atrativos, por meio de ações de planejamento e manejo como o monitoramento ambiental e turístico das áreas naturais. A visitação turística na localidade caracteriza-se, prioritariamente, como sendo o passeio de catamarã seguido de mergulho livre com profundidade variando entre 1.0m e 3.0m, durante o ano.

Desde 2005, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), órgão ambiental do estado, vem desenvolvendo, através da contratação de equipe especializada, Programas de Monitoramento de Visitação Turística e Ambiental. Diante das informações geradas durante esse período, a gestão da APARC tem considerado a importância de utilizar os dados ambientais, turísticos e socioeconômicos de

forma integrada, relacionando o número e a conduta dos visitantes, registrados diariamente, com o comportamento do ecossistema recifal, a fim de responder uma série de questões que norteará a gestão da APARC e contribuirá para a implementação do seu Plano de Manejo (IDEMA, 2016).

Com o intuito de monitorar os recifes de corais da APARC, avaliando periodicamente os parâmetros ambientais deste ecossistema, bem como de monitorar o fluxo turístico nos Parrachos da APARC, através do registro e controle diário do número de visitantes, e das condutas praticadas pelos mesmos, o órgão ambiental estadual realizou a contratação de serviços especializados para o desenvolvimento bienal (2017/2018) da Pesquisa de Monitoramento Ambiental e Turístico da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (EcoRecifes) (IDEMA, 2016). A intervenção ocorreu através da formalização do Contrato nº 002/2017 entre o IDEMA e a FUNDEP. Dentre as atividades estabelecidas em contrato está a aplicação de questionários sistemáticos com turistas, antes e depois da visita aos parrachos para identificação do seu nível de consciência ambiental, bem como para avaliar o grau de satisfação desse público com relação a qualidade da prestação de serviços (IDEMA, 2016).

A partir da celebração desse contrato, iniciaram-se as intervenções no sentido da execução do mesmo, ou seja, recrutar, selecionar e treinar os indivíduos vinculados à operacionalização das atividades propostas. Uma vez constituída a equipe para o desenvolvimento houve a necessidade de se estabelecer o percurso metodológico para alcançar as prerrogativas contratuais.

A sistemática metodológica adotada no trabalho de pesquisa foi a aplicação de questionários nos pontos de paradas destinados aos turistas antes de seguir no catamarã e/ou lancha que os transportariam até os parrachos e após a sua chegada do passeio, isto é, por ocasião do embarque e do desembarque que acontece em locais de parada pré-fixados nas comunidades de Maracajaú em Maxaranguape, Perobas em Touro e no município de Rio do Fogo. Essa opção metodológica se justifica pela necessidade de obter informações do sujeito da pesquisa com relação a expectativa que o mesmo retém com relação ao passeio e a percepção do ambiente e dos serviços ali prestados após a realização do passeio.

Esses locais, ou pontos de paradas, são os equipamentos turísticos (restaurantes, pousadas e estabelecimentos de lazer e entretenimento), onde os turistas e visitantes se aglomeram para ter acesso ao catamarã (Maracajaú) e lanchas (Perobas e Rio do Fogo), a fim de realizar o passeio e praticar o mergulho nos Parrachos. São empreendimentos distribuídos entre os proprietários da comunidade local e os empresários do setor privado. Assim, durante o período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2019 foram realizadas 2.750 abordagens junto aos turistas e visitantes por meio da aplicação de questionários relativos aos três estudos distintos envolvendo uma mesma pesquisa a saber: 1) perfil socioeconômico e turístico dos visitantes; 2) identificação da sua percepção ambiental; e, 3) grau de satisfação com relação a qualidade dos serviços oferecidos no destino APARC.

Campos; Vasconcelos & Félix (2011) acreditam que a elaboração de estratégias de manejo de visitantes de modo a corroborar para uma experiência de visitação satisfatória se faz a partir do conhecimento do seu perfil. Entretanto, indica-se que tal intervenção não é suficiente para fins de planejamento, uma vez que é necessário reconhecer as percepções, motivações,

expectativas, atitudes, valores e condutas dos indivíduos que visitam uma UC, o que leva a segunda formulação metodológica que é a identificação da sua percepção ambiental.

A noção de percepção ambiental encontra suporte epistemológico nas formulações construídas em diversas áreas do saber, particularmente na Psicologia Ambiental, na Filosofia, na Arquitetura e Urbanismo, na Geografia e nas demais disciplinas das ciências sociais de modo geral. Tais concepções multidisciplinares servem de âncora para os estudos focado em ações voltadas à gestão ambiental em áreas naturais protegidas. Buscar apreender a percepção ambiental dos atores sociais que visitam unidades de conservação significa estabelecer conexões entre suas condições sócio-históricas, culturais, políticas e psicológicas, identificando, também, suas imagens, símbolos, signos e valores cognitivos e perceptivos carregados de subjetividades, mas em processos interativos com o espaço vívido e concreto.

A pesquisa de percepção como instrumento para identificar comportamentos, valores e condutas positivas e/ou negativas diante da natureza é utilizada, nesse sentido, como estratégia para se pensar a gestão desses espaços controlados, regulados e protegidos, cujo uso pelo turismo está associado a compreensão de que esta atividade poderá contribuir para a manutenção e conservação dos recursos ambientais.

Do mesmo modo a pesquisa de qualidade da prestação dos serviços constitui uma estratégia para se pensar a gestão ambiental de áreas naturais que se destacam como um destino turístico. Para Figueiredo Neto et al (2006, p. 3), "um serviço é considerado de qualidade quando este tenha capacidade de proporcionar satisfação ao cliente". Essa noção da qualidade é extraída pelos autores da definição elaborada por Slack (2002), para quem a qualidade "significa fazer as coisas de maneira correta; ou seja, não cometer erros durante o processo produtivo e satisfazer aos clientes fornecendo bens ou serviços que atendam às suas necessidades" (SLACK, 2002, apud FIGUEIREDO NETO *et al*, p.1).

O interesse pela qualidade de serviços surgiu, somente, a partir da década de 1970. Entre os estudiosos que se dedicaram a esta temática sobressaiu-se os trabalhos do norte-americano Gronroos que teve seu primeiro livro publicado em 1982, com uma abordagem de qualidade orientada para o serviço com enfoque no marketing, intitulado *Strategic Marketing Management*. No Brasil, ele ficou conhecido com a publicação do livro Marketing – gerenciamento e serviços, em 2004, introduzindo o conceito de qualidade percebida de serviço e o modelo de qualidade total percebida de serviço. Essa abordagem baseou-se em pesquisas sobre o comportamento do consumidor e os efeitos das expectativas relativas ao desempenho dos bens em avaliações pós-consumo. Em outras palavras, poder-se-ia afirmar que o conceito de "qualidade percebida" de um determinado serviço corresponde ao "[...] resultado de um processo de avaliação no qual o consumidor compara suas expectativas em relação ao serviço que ele percebe ter recebido".

O modelo de qualidade percebida de serviço foi apresentado como uma estrutura conceitual que descreve como os clientes percebem as características de um serviço. Serviços são processos experimentados mais ou menos subjetivamente, nos quais as atividades de produção e consumo ocorrem ao mesmo tempo. A percepção dos clientes quanto à qualidade das características de serviço deve evidentemente ser avaliada. O modo natural de fazer isso seria medir a satisfação dos clientes com a qualidade que eles perceberam.

Essas argumentações sinalizam para o arcabouço teórico utilizado pela equipe do monitoramento ambiental, socioeconômico e turístico quando do planejamento e execução da pesquisa de percepção ambiental e de qualidade de serviços prestados na APARC, a partir do olhar do turista, tanto em relação a expectativa que este detinha sobre o destino turístico antes do consumo dos produtos e serviços de lazer aí oferecidos, quanto a percepção que reteve ao ter contato com o ambiente visitado. Sem se deter sobre os procedimentos e recursos metodológicos utilizados nas investigações propostas, uma vez que esse não é o objetivo do presente trabalho, buscou-se se apropriar dos resultados apresentados pela equipe, a fim de perceber de que forma tais ações contribuem para a gestão ambiental e turística dessa área protegida, como também, lançar luz sobre os impactos que tais ações poderão acarretar no sentido promover o desenvolvimento do destino e das comunidades que integram a área da APA dos Recife de Corais.

Esses resultados são discutidos e analisados no próximo item que indicam os parâmetros ambientais socioeconômicos e turísticos da APARC, obtidos por meio da pesquisa de monitoramento que teve como objetivo contribuir para a gestão ambiental e turística da referida unidade de conservação.

5 Discussão e análise dos resultados

De forma breve pode-se destacar que no período de análise da pesquisa sobra a avaliação dos parâmetros ambientais, socioeconômicos e turísticos da APARC, os sujeitos da pesquisa se caracterizaram por serem majoritariamente do sexo feminino, casados, com idade entre 21 e 40 anos, renda mensal individual de 2 a 10 salários mínimos e formação superior completa, inclusive com um percentual significativo de pós-graduados. No que diz respeito à visitação turística considera-se relevante destacar que este público pratica turismo em família e utilizou-se das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC´s) para fins conhecimento prévio da destinação turística em questão, e revelou que estava na UC pela primeira vez, com o objetivo de realizar atividades de lazer e recreação.

Com relação a percepção ambiental na APARC, as discrepâncias ou *gaps* existentes entre a expectativa e a percepção dos visitantes com relação as variáveis pré-estabelecidas, que teve como referência os instrumentos institucionais de planejamento e gestão do Ministério do Meio Ambiente como Manual de Conduta Consciente em Ambientes Recifais (2009), demostram às múltiplas e diferenciadas compreensões do meio ambiente mediadas por representações sociais.

Entre os fatores considerados positivos da percepção, com relação a expectativa, que indicava um conhecimento prévio do visitante sobre o fato de que se encontrava em uma área protegida, este resultado foi de 97%, contra a expectativa de 83% que manifesta um conhecimento prévio anterior ao passeio. Porém, o comportamento associado a um nível de consciência ambiental satisfatório não se fez presente em todas as arguições realizadas que demonstrassem um comportamento adequado e proativo do visitante com relação a conservação ambiental.

Assim, constata-se a necessidade imediata de providências da instituição gestora da APA e do *trade* turístico para a execução de ações de educação ambiental, uma vez que o turismo sustentável em uma Unidade de Conservação exige a adoção de um comportamento comprometido e proativo com relação a conservação e preservação dos recursos ambientais.

Outra condição relevante de se esclarecer é o fato de que na pesquisa sobre o perfil dos turistas, 90% deles afirmaram que tinham conhecimento de estarem em uma Área de Proteção Ambiental, enquanto 10% informaram não saber; isso demonstra dados conflitantes entre as duas investigações, entretanto, não se configuraram parâmetros contraditórios, uma vez que há diferenças de ordem metodológicas entre as duas pesquisas. A metodologia utilizada na enquete de percepção possibilita uma investigação do antes e do depois da realização do passeio, como uma estratégia para identificar a mudanças de comportamento ambiental do turista, ao contrário da enquete que tratava de apreender o perfil socioeconômico do turista. Assim, desse fato, e de outros, nessa perspectiva de mudanças comportamentais, pode-se indicar que:

a) a visita guiada aos parrachos contribui para mudança positiva de atitudes, valores e visões sobre a conservação ambiental, o que confirma a importância dos estudos de percepção para a gestão de Unidades de Conservação do ponto de vista da instituição executora do planejamento e da gestão de UCs, conforme realizada pela equipe de monitoramento da FUNDEP;

b) as representações formuladas pelos visitantes sobre o objeto analisado, são dinâmicas e impõem novas elaborações, a partir das interações socialmente estabelecidas;

c) as características estéticas da paisagem visitada corroboraram para a mudança de atitudes e comportamentos, por estimular um pensamento simbólico e imagético permeado de sistemas sensoriais, afetivos e espirituais; e,

d) a aquisição de uma consciência ambiental baseada na compreensão de que o espaço, o território e a paisagem enquanto categorias geográficas possuem movimento e expressam transformações históricas, culturais, políticas e socioambientais que podem influenciar na ideia de que a natureza como construção social precisa ser protegida.

Mas, foi esclarecido, ainda, a existência de noções contradições no pensamento do turista quanto a exposição de uma consciência ambientalista proativa, como aquelas que revelam um comportamento inadequado durante a prática do lazer nos parrachos, como o uso de produtos nocivos a conservação dos corais durante o mergulho, conforme exibidos na observação participante feita pelos auxiliares de pesquisa e, devidamente registradas nos relatórios de Monitoramento Ambiental.

Uma das razões que contribuem para a esse comportamento é a prática de operadores turísticos que atuam na área, como empresários, guias de turismo e operadores das embarcações. Essa problemática termina por, contraditoriamente, também, influenciar esses mesmos visitantes na hora que avaliam a qualidade da prestação dos produtos e serviços oferecidos nesse destino turístico.

Em suma, mesmo com a resistência do público informante em adotar um comportamento adequado em todas as questões analisadas na investigação, há tendência satisfatória com relação a ampliação do nível de consciência ambiental na APARC, após a

execução dos passeios aos Parrachos e o contato com a natureza, acompanhada das orientações fornecidas pelos colaboradores contratados por força do Contrato IDEMA-FUNDEP e que atuam na área. Todavia, isso não se replica ao associar-se ao nível de satisfação dos turistas com relação a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, uma vez que em todas as dimensões de qualidade analisadas, não se detectou *Gap* ou discrepância positiva entre à expectativa do serviço desejado e à percepção do serviço consumido. Os resultados apresentados expõem *Gaps* negativos e/ou inexistência de lacuna ou discrepância (0,00), o que não chega a uma situação ideal de avaliação.

6 Considerações Finais

As estratégias do monitoramento ambiental, socioeconômico e turístico adotadas por uma instituição do terceiro setor, ao contribuir com as ações de planejamento e gestão ambiental e turística de um destino, inserido em uma unidade de conservação, por meio da pesquisa científica se revelou eficiente.

As intervenções realizadas pela FUNDEP por força de mecanismos contratuais com o órgão gestor das unidades de conservação do Estado do Rio Grande do Norte, na APA dos Recife de Corais corresponde a uma alternativa de gestão que fortalece o destino turístico. Isso se torna evidente, uma vez que as agências governamentais não dispõem de recursos técnicos suficientes para arcar com todas as necessidades que o planejamento e a administração de uma área natural protegida requerem. A metodologia participativa adotada na execução das ações de monitoramento e acompanhamento das atividades desenvolvidas, contribuem para que medidas sejam adotadas no sentido de minimizar os impactos socioambientais que o turismo provoca nessas áreas.

Por fim, os dados revelados nas pesquisas de monitoramento exibiram, portanto, uma realidade factual que necessita de ações emergentes, no sentido de promover um destino turístico sustentável e competitivo. A APA dos Recifes de Corais para se tornar esse destino sustentável tem que contar com uma gestão comprometida em promover ações educativas, de sensibilização e qualificação dos empreendedores e operadores turísticos que atuam na área. A continuidade das ações do monitoramento ambiental, socioeconômico e turístico tem que serem realizadas no sentido de indicar as ações de gestão que deverão ser implementadas, a fim de solucionar os problemas e desafios identificados por meio da pesquisa científica.

7 Referências

Brasil, Ministério do Meio Ambiente (2011). *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA/SBF, 2011. 76p.

Brasil (2000). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal. Brasília.

Cervo, A. L.; Bervian, P. A (2002). *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson. 695p.

Coriolano, L.N. M. T. (2007). Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. *In:* Coriolano, L. N. M. T.; Vasconcelos, F. P. (orgs). *O turismo e a relação sociedade-natureza*: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, p. 19-43.

Dencker, A. de F. M (1998). *Métodos e técnicas de pesquisas em turismo*. São Paulo: Futura.

Dias, K. (2010). *Entre visão e invisão*: paisagem (por experiência da paisagem no cotidiano). Brasília: Ed. UnB.

Dias, R. (2003). *Turismo e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas.

Dumazedier, J. (2001). *Lazer e cultura popular*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva.

Gil, A. C (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gronroos, C (2009). *Marketing*: gerenciamento e serviços. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

Günther, H (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, n. 2., v. 22., maio-ago., p. 201-210. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v 22n2.pdf > Acesso: 10 mar., 2017.

Fernandes, M. C.; Justino, A. N. da P.; Silva, J. M. D (2017). A percepção ambiental dos turistas que visitam a APA Recife dos Corais no Rio Grande do Norte: considerações preliminares. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 8º ENANPPAS. *Anais....* Natal: ANPPAS/UFRN/IFRN, 2017. 15p.

Furtado, E. M (2008). *A onda do turismo na Cidade do Sol*: reconfiguração urbana de Natal. Natal: EDFURN.

Melo, M. I. O. (2013) *Parques urbanos, a natureza na cidade*: práticas de lazer e turismo cidadão. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2013. 202p. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/handle/10482/14302 >. Acesso 10 out., 2017.

Melo, M. I. O.; Nóbrega, L. S. S; Dias, K. (2012). Paisagem urbana: parque, lazer e turismo. VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. UCS ... *Anais*. Caxias do Sul. 2012. Disponível em: < https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos / 07/04_49_56_Melo_Nobrega_Dias.pdf >. Acesso: 15 out., 2017.

Prefeitura Municipal de Natal (2010). *Natal Ambiental*. Natal: SEMURB. Disponível em: < http://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html#legislacao_div > Acesso: 10 out., 2017.

Serpa, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

Silva, M.G. L. (2004). *Cidades turísticas*: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph. (Série Turismo).